



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE MARÇO DE 1998

Senhor Ministro Sérgio Motta; Dr. Renato Guerreiro, que é o Presidente da Anatel; Senhores Conselheiros do Conselho Consultivo; Senhores representantes aqui presentes; Dr. Quadros, que é o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações,

Realmente me parece que hoje se completa todo um esforço, que vem de longe, de nós remodelarmos o Ministério das Comunicações da mesma maneira como estamos fazendo com os outros Ministérios, na área de infra-estrutura, como ocorreu no Ministério de Minas e Energia, em que nós criamos a Aneel, no que diz respeito à energia elétrica, e a Agência Nacional de Petróleo. Brevemente, enviaremos ao Congresso mensagem relativa à Agência Nacional de Transportes.

Isso mostra um dos aspectos mais relevantes da reforma do Estado. Frequentemente, quando se fala de reforma do Estado, se imagina apenas uma parte pequena dela, que é a reforma administrativa, que diz respeito, naturalmente, aos funcionários e às regras de recrutamento, de promoção, etc., reforma essa que está no Congresso Nacional.

Mas parte tão importante quanto a da reforma administrativa, senão que mais, é essa remodelação da estrutura do Estado, nessas áreas que eu já mencionei. Por quê? Porque nós estamos devolvendo – parcialmente, pelo menos – à sociedade o controle sobre atos que são tipicamente da nossa sociedade, e não atos do Executivo. Eram atos fechados na burocracia estatal. Naturalmente, a burocracia estatal é permeável a pressões – é normal que o seja. De qualquer forma, é da sua natureza não expor suas decisões no dia-a-dia.

Agora não, é o contrário. Nós estamos constituindo órgãos que, desde a sua origem, respondem a setores da sociedade e, além do mais, não só no órgão direto, que é a Anatel, no caso da telefonia: no Conselho Consultivo da Anatel, há representações de usuários, representações do Congresso, representações de segmentos da sociedade.

Isto modifica bastante – é uma questão de tempo – o relacionamento do Estado brasileiro, do Governo brasileiro com o conjunto da sociedade; não apenas com os produtores, os quais, no passado, já estavam relacionados, através das burocracias estatais, com os gestores, mas também os consumidores. E, de alguma maneira, há um certo olhar do Congresso, um certo olhar do Parlamento sobre tudo isso que está acontecendo no dia-a-dia.

Ou seja, nós estamos, realmente, reformulando as bases do Estado brasileiro, para que ele possa estar à altura dos desafios do mundo contemporâneo. Em vez de imaginarmos que com as privatizações o Estado perde função, nós estamos mostrando que é o contrário: ele modifica as suas funções, mas, de certa maneira, tem ampliadas muitas das suas antigas funções, porque as de regulamentação estão frequentemente ampliadas, em razão da própria criação desses órgãos.

Sei que muita gente não percebe isso; muita gente, por razões até políticas, prefere não ver o que está acontecendo e imagina que nós estejamos, digamos, diminuindo as funções do Estado, quando o que nós estamos fazendo é remodelando o Estado, para que ele possa ser operacional, nas condições atuais do mundo contemporâneo e do sistema produtivo contemporâneo.

Para ser atual, eu tenho que ser competente. Tem que haver uma certa independência frente às forças clientelísticas – e partidárias no mau sentido, não no bom. Mas tem que ser, também, um Estado que presta contas. E aí presta contas a todos: ao Congresso, aos partidos, aos usuários, à sociedade de modo geral.

Tenho dito sempre – o Ministro Sérgio Motta avançou, com mais ímpeto, muitas vezes, do que a maioria dos setores governamentais, mas na mesma direção – que isso é uma parte importante e que não se aplica a todas as áreas do Governo. Mas em todas as áreas do Governo é preciso que haja modificações profundas no Estado, porque, senão, passa a ser um Estado apenas inchado e que serve de gáudio para quem não tem bandeira de luta, que imagina que, defendendo uma burocracia, que tem que se modificar, está defendendo o interesse nacional, quando está só defendendo o entulho nacional, que é a impossibilidade de o Estado se modernizar para poder avançar, diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Em certas outras áreas, notadamente na educação, na saúde e na reforma agrária, ocorre um outro processo, mas na mesma direção. Nós estamos descentralizando, estamos fazendo com que a sociedade, nos níveis dos usuários, participe mais diretamente das decisões. E nós estamos, portanto, também tirando o clientelismo, desentranhando o clientelismo de dentro do Estado.

Esses são processos longos, mas que têm efeitos. Por exemplo: nas decisões relativas a projetos que passam pela Caixa Econômica, para habitação popular, eles só são aprovados quando há um Conselho na localidade, que não é composto apenas do estado, dos governantes, mas tem também representantes das oposições, das igrejas, dos sindicatos, enfim, de associação de moradores, etc., para que as decisões, as prioridades que são definidas nesses conselhos não se restrinjam à burocracia nem aos interesses políticos que estejam no comando do governo, mas que eles se espalhem, através de uma capilaridade com a sociedade.

Isso nós estamos fazendo em todas as áreas. Na educação, seguramente; na saúde, na implementação do SUS, desse piso de assistência básica, que agora definimos também; na reforma agrária – enfim, em

todas as áreas. Todos esses processos não são processos que se definam só na lei. Eles implicam mudança de mentalidade. É preciso mudar as cabeças. E é mais fácil mudar a lei do que mudar as cabeças. Leva tempo. Nós estamos preparando o Brasil para uma nova era.

Não me lembro se foi quando me despedi do Senado ou quando tomei posse que eu disse que imaginava que nós íamos colocar ponto final numa certa era, que eu chamei de Era Vargas. Não em desatenção a Vargas, pelo contrário: ele fez o que tinha que fazer, na sua época. Mas são 50 anos ou mais. Nós temos que tomar outras medidas. E nós estamos tomando essas outras medidas. Estamos reformando inteiramente o aparelho estatal brasileiro, em seus vários aspectos, para que ele possa, com maior competência, interagir com as forças produtivas, que também se reformaram no Brasil com os processos de desenvolvimento tecnológico, que são muito avançados nos dias de hoje, com a necessária abertura da economia, com a preservação do interesse nacional e com a preservação do interesse da população, a preservação do interesse democrático do País.

Os senhores, hoje, são partícipes desse processo. Eu queria, portanto, ao voltar a felicitar não apenas o Ministro Sérgio Motta, mas, através do Dr. Quadros, o conjunto dos funcionários do Ministério das Comunicações, também agradecer a cooperação daqueles que hoje pertencem à Anatel e dos novos conselheiros, que, embora não pertençam diretamente aos quadros funcionais, são pessoas cuja ação vai ser crucial para que nós possamos, realmente, dar os passos que queremos no sentido dessa nova visão do Estado brasileiro.

Parabéns aos senhores e muito obrigado.